

“Destruindo as trevas espirituais, morais e intelectuais”: historicidades religiosas e educação batista no Vale do Rio Tocantins (1936-1940)

Vasni de Almeida

Universidade Federal do Tocantins
Porto Nacional - Tocantins - Brasil
vasnidealmeida@gmail.com

Wedster Felipe Martins Sabino

Universidade Federal do Tocantins
Porto Nacional - Tocantins - Brasil
wedster.sabino@uft.edu.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é estudar as missões batistas inauguradas no interior do Brasil Central, a partir de 1926, por meio da ação religiosa, educacional e social das professoras e missionárias Beatriz Rodrigues da Silva e Lygia de Castro Martins, sob a orientação da Junta de Missões Nacionais, da Confederação Batista Brasileira. Interessa-nos a atuação das missionárias enquanto agentes sociais promotoras de uma conformação cultural das populações indígenas e sertanejas do vale do Tocantins, contribuindo para a efetivação do programa de evangelização batista, em sintonia com os projetos de integração nacional em voga no período getulista. Para abordar as ações missionárias das duas professoras utilizaremos referenciais teóricos oriundos da História Cultural das Religiões, numa interface com conceitos provenientes da Antropologia e Sociologia, com o objetivo de perceber as práticas missionárias como próprias da formação do *campo religioso*, termo ancorado na perspectiva de Pierre Bourdieu.

Palavras-Chave: História Cultural das Religiões. Missionarismos. Educação Batista.

Introdução

O protestantismo e o pentecostalismo, se é que seja possível estabelecer uma divisão entre os dois campos, avançam de forma consistente no cenário religioso brasileiro, principalmente nessas duas primeiras décadas do século XXI. Esse avanço se configura na formação quantitativa de fiéis, nos meios de comunicação e na participação política. Nesse último, os evangélicos, termo que consideramos mais adequado para tratar os dois grupos, tem se empenhado em criar pautas religiosas de natureza conservadora, na qual a defesa da família tradicional, a luta contra o aborto e contra os direitos individuais de minorias, bem como a defesa de valores cristãos com fundamentação moral de fundo excludente, tem aglutinado líderes de diversas tendências do campo evangélico, ainda que haja sempre manifestações mais avançadas dos agentes religiosos progressistas e liberais.

Dentre os evangélicos brasileiros, uma denominação que se destaca nas pautas religiosas conservadoras é a Batista – sem pretensão de afirmar que todos os batistas são conservadores. E isso tem gerado um intenso debate e muitas indagações sobre a influência dos evangélicos na guinada social e cultural da sociedade a partir de 2014 e todas as denominações, de uma forma ou de outra, dão explicações plausíveis. De nosso lado, entendemos que é preciso puxar os fios da História para compreender a vocação da maioria dos evangélicos em pretender moldar populações, nas quais realiza suas ações missionárias submetendo-as aos valores tradicionais de seus sistemas de crenças. A moralidade conservadora evangélica brasileira apresenta muito mais permanências do que rupturas, sendo necessário estudar suas especificidades históricas para compreender o seu presente.

Na perspectiva de verificar as posturas evangélicas em outros tempos, com o olhar para suas permanências, o objetivo deste trabalho é estudar as ações religiosa, educacional e social das missionárias e professoras Beatriz Rodrigues da Silva e Lygia de Castro Martins, iniciadas no Brasil Central. Essas missionárias atuavam sob o amparo da Junta de Missões Nacionais (JMN) e da Confederação Batista Brasileira (CBB), nas cidades de Carolina e Tocantínia, no vale do rio Tocantins, mais precisamente entre os anos de 1936 e 1940. Para entender as ações desencadeadas pelas missionárias, utilizaremos referenciais teóricos oriundos da História Cultural das Religiões, numa interface com conceitos provenientes da Antropologia e da Sociologia, objetivando “buscar a historicidade dos discursos, práticas, crenças e agentes religiosos, tendo em vista certas ferramentas conceituais na relação entre sociedade e indivíduos sob uma perspectiva cultural” (BELLOTTI, 2011, p. 41).

Interessa-nos, neste trabalho, a atuação das missionárias enquanto agentes sociais, promovendo uma conformação cultural das populações indígenas e sertanejas da região a um modelo de civilização defendido tanto por protestantes quanto nos projetos civilizatórios contidos na ordem positivista dos primeiros trinta anos da República, e sua relação com os projetos de integração nacional propostos durante o governo getulista. Também, os impactos gerados pela ação das missionárias na região e o desenvolvimento do programa de evangelização formulado pela JMN para o sertão do vale do rio Tocantins.

Para tanto, analisaremos os discursos publicados pela própria denominação Batista em seu órgão de comunicação oficial, O Jornal Batista (OJB), fundado no início do século XX, no ano de 1901¹, e que serviu como veículo de divulgação e apoio das ações missionárias

¹ O Jornal Batista foi fundado em 1901, no Rio de Janeiro, porém, é a partir de 1909 que o periódico se tornaria o órgão oficial da denominação, após Assembleia da Convenção Batista Brasileira. Ao longo deste artigo citaremos trechos do jornal, que constarão data e edição de publicação para uma melhor identificação e

da denominação durante todo o século. Esses discursos tinham o objetivo de despertar entre os fiéis um sentimento de pertença aos projetos evangelísticos, assim como incentivar novos missionários para os trabalhos nas regiões do Brasil Central. Todavia, não interessa-nos classificar ou hierarquizar as crenças religiosas, como nos alerta Durkheim (1996, p. VII):

No fundo, portanto, não há religiões falsas. Todas são verdadeiras a seu modo: todas correspondem, ainda que de maneiras diferentes, a condições dadas da experiência humana. [...] Todas são igualmente religiões, como todos os seres vivos são igualmente vivos, dos mais humildes plásticos ao homem.

Ao tratar da presença das missionárias na região, outra consideração importante se refere ao próprio conceito de Religião. Esse conceito, como o conhecemos, se relaciona a um sistema estrutural definido com base na tradição cultural do ocidente, formulado a partir do cristianismo. Por isso, “tomar o uso deste termo [...] para definir as práticas religiosas dos povos não ocidentais sem a devida problematização constitui anacronismo, além da mencionada inferiorização dos outros não ocidentais” (BELLOTTI, 2011, p. 19). Esta problematização faz-se necessária, pois, o encontro entre missionários batistas e as populações tradicionais do vale tocantino efetiva-se nestas condições, de forma etnocêntrica, a partir de uma visão hierarquizada da cultura de sertanejos e indígenas, que, nos discursos dos missionários eram “bichos brutos”, mergulhados em “trevas espirituais, morais e intelectuais” (OJB, 1º/10/1936, ed. 40, p. 12). Entendemos a História Cultural das Religiões como a análise histórica de um conjunto de crenças e práticas que, institucionais ou individuais, se inserem no contexto histórico, sendo determinantes a ele e determinadas por ele, de acordo com a noção desenvolvida na chamada escola italiana de história das religiões² (MASSENZIO, 2005).

Importante também, para problematizar as ações das duas missionárias batistas, são os conceitos presentes na sociologia de Pierre Bourdieu, principalmente os de *campo* e *campo religioso*, e os fundamentos intrínsecos a uma teoria do poder simbólico. Segundo Bourdieu (1989), o conceito de *campo* explica, os sistemas simbólicos que agem como estruturas estruturadas e, por isso, estruturantes, atuando conforme os interesses inerentes àquele campo (político, religioso, intelectual, econômico e etc.), por meio de uma divisão formal do

embasamento da pesquisa. Para mais informações, acessar: <http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=12>.

² A Escola Italiana de História das Religiões se constitui em um movimento historiográfico que tem em Raffaele Petazzoni e Ernesto de Martino seus principais expoentes, propõe uma abordagem das religiões através de um re-historicismo das práticas e, principalmente, das crenças religiosas, considerando, sobretudo, a história destas, determinando os contextos históricos e sendo determinadas por eles. Ver artigo de Eliane Moura da Silva, *Entre religião, cultura e história: a escola italiana das religiões*.

trabalho, que tem a função de organizar e legitimar ou, nas palavras do autor, consagrar, o mundo natural e social de acordo com a concepção da classe dominante naquele campo.

Estendendo esse conceito para a análise das relações e atuações propriamente religiosas, o sociólogo entende a religião como um sistema simbólico, veículo de poder e de política, através do qual “a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a ‘legitimação’ do poder dos ‘dominantes’ e para a domesticação dos ‘dominados’” (BOURDIEU, 2007, p. 32). Assim como na concepção do conceito de campo, o trabalho dos representantes do *campo religioso* é formalmente dividido e hierarquizado entre aqueles que produzem (instituições e indivíduos detentores do capital religioso), reproduzem (pastores, missionários e etc.) e consomem (fiéis e leigos) os bens de salvação. Nesta lógica, a hegemonia da gestão dos bens de salvação é mantida através desta divisão em função da legitimação daqueles que dominam o capital religioso de determinado campo (por exemplo: campo protestante brasileiro, campo católico e etc.). Para Bourdieu (2007, p. 57):

Em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social.

Assim, podemos entender o conceito de *campo religioso* como um espaço abstrato marcado por tensões e conflitos, onde, através das relações de força entre as várias religiões que o compõem, entre elas em si e entre outros campos presentes na sociedade (político, econômico, artístico e etc.), são disputadas a hegemonia do mercado de bens de salvação, “ou então bens culturais”, de determinada sociedade, assim como a consagração de classes que se relacionam com o campo, interior e exteriormente, em função da gestão do mercado de bens de salvação, com a qual se organiza e legitima a dominação entre as classes (BOURDIEU, 2007, p. 57). Os fundamentos expostos por Bourdieu serão fundamentais para compreender a atuação dos missionários batistas na região, em suas várias facetas, seja na abertura de colégios visando a normalização cultural de sertanejos e indígenas a um *habitus* religioso (cristão e protestante), assim como nos conflitos estabelecidos em vista das disputas no *campo religioso* da região.

Para o desenvolvimento do tema, estruturamos o artigo em dois eixos. No primeiro, faremos uma breve apresentação do plano de evangelização da Junta de Missões para o Brasil Central, plano este que, iniciado em 1926, tinha como objetivo a evangelização do

interior do Brasil através da ocupação do vale do rio Tocantins por missionários batistas. Em seguida, apresentamos a ação das professoras Beatriz Rodrigues da Silva e Lygia de Castro Martins atuando enquanto missionárias da JMN, no âmbito evangelístico, educacional e social da região, e sendo responsáveis pela abertura e organização dos colégios batistas de Carolina (ao sul do Maranhão), e de Tocantínia (município pertencente à região norte de Goiás naquela época. Atualmente, integra o estado do Tocantins).

Com esse tratamento, pretende-se deslindar algumas questões relacionadas à história da região amazônica, bem como contribuir para o fortalecimento da historiografia acerca da presença de grupos religiosos em missões no interior do Brasil durante a primeira metade do século XX, buscando inserir este trabalho no debate acerca da ocupação e influência de grupos religiosos na região amazônica e sobre as populações amazônicas.

A Junta de Missões Nacionais e o Programa de Evangelização do Vale do Rio Tocantins

O “Brasil para Cristo” – este era o programa da Convenção Batista para o Brasil, no qual a Junta de Missões Nacionais³ cumpria papel fundamental, estabelecendo e mantendo campos missionários em várias localidades pelo país. Para cumprir esse mote, a Convenção Batista Brasileira, através da JMN, empreendeu um extenso plano de evangelização que, tendo início em 1926, visava, em síntese, evangelizar os vales dos rios São Francisco e Tocantins:

A Junta de Missões Nacionais, durante o ano de 1935, continuou a desenvolver o seu plano traçado há nove anos, para tornar os rios São Francisco e Tocantins a base de suas actividades, ligando estes rios com trabalho em Barreiras, Natividade e Porto Nacional. [...] Os vales dos rios Tocantins e São Francisco estão assim recebendo as Boas Novas de Salvação como jamais receberam, como demonstram os relatórios mencionados na primeira parte do presente relatório anual (OJB, 23/1/1936, ed. 4, p. 3).

Assim, a JMN inaugurou, em 1926, a partir da chegada do casal de missionários Zacharias Campello e Noemi Campello, para trabalhar entre os indígenas Xerentes no Norte de Goyaz (SILVA, 2016), o plano de “ligar” os vales dos dois grandes rios. Temos

³ A Junta de Missões Nacionais (JMN) é uma entidade pertencente à Convenção Batista Brasileira (CBB), responsável pela gestão e execução dos projetos missionários da denominação batista no Brasil. Criada em 1907 junto à organização da CBB, e, mais tarde, Missões Nacionais. A JMN atua desde então apoiando, formando e enviando missionários batistas a diversas regiões do Brasil. Os campos analisados neste trabalho estão inseridos no programa de evangelização da JMN iniciado em 1926, pelo então Secretário Lewis Malen Bratcher. Para mais informações sobre o funcionamento da JMN ver trabalho de doutoramento de autoria de Paulo Julião da Silva: *Entre a evangelização e a política: a expansão missionária batista para o Brasil Central (1925 – 1939)*.

que ressaltar que a JMN moveu esforços visando à concretização desse programa durante vários anos, não conseguindo êxito na efetivação de uma “conexão” entre os rios através das cidades de Barreiras, Natividade e Porto Nacional durante muito tempo. O estabelecimento da missão em Porto Nacional seria, durante os anos de 1936 e 1942, o principal empecilho à concretização desse plano, como o único ponto onde a JMN não lograria êxito em estabelecer um trabalho evangelístico, devido à forte presença de representantes do clero católico, em especial, dos Frades Dominicanos (SANTOS, 1996).

Ao final do ano de 1935, no OJB são citadas pela primeira vez as jovens Beatriz Rodrigues da Silva e Lygia de Castro Martins, ambas formadas pelo Colégio Batista do Rio de Janeiro e pertencentes à 1.^a Igreja Batista, em Ricardo de Albuquerque, na então capital federal. Essas jovens, citadas pelo OJB, na seção destinada à JMN, acabavam de ser nomeadas como “as mais novas missionárias do campo Tocantino” (OJB, 23/1/1936, ed. 4, p. 14).

As novas missionárias se dirigiram aos seus respectivos campos de trabalho no início do ano de 1936. Deveriam desenvolver suas atividades de cunho evangelístico e educacional em Carolina, no sul do Maranhão e em Piabanha, no norte do Estado de Goiás. Aos 25 de janeiro de 1936, as duas partiriam para os seus respectivos campos a bordo do barco Itapé, no Armazém 13, da cidade do Rio de Janeiro. Despediram-se dos membros da Igreja com uma breve mensagem, reforçada depois pela JMN no OJB de 6 de fevereiro daquele ano:

Lygia Martins de Castro e Beatriz Rodrigues da Silva, partindo para os seus campos de trabalho, a primeira para Carolina, Maranhão, e a segunda para Piabanha, Goyaz, e não se podendo despedir pessoalmente de todos os bondosos irmãos baptistas do Districto Federal, fazem-no agora por intermédio do nosso organ denominacional, agradecendo-lhes profundamente todas as provas de apoio, carinho e amor fraternal que lhes têm patenteado tão vivamente, e offerecendo-lhes, bem assim a todos os Baptistas do Brasil, os seus serviços, contando ao mesmo tempo com a sua sympathia, apoio e orações nos logares e trabalho a que se destinam (OJB, 6/2/1936, ed. 6, p. 9).

As missionárias chegaram a Carolina no dia 23 de fevereiro, menos de um mês após a partida da capital federal. Lygia de Castro ficou em Carolina, onde seria encarregada de abrir um colégio visando à alfabetização dos sertanejos, enquanto Beatriz Silva seguiu para Piabanha, onde deveria abrir também um colégio, mas, com foco na alfabetização e evangelização, principalmente, dos Xerentes (OJB, 12/3/1936 ed. 11, p. 10).

Existiam, tanto em Carolina como em Piabanha, missões batistas já estabelecidas, onde as professoras deveriam atuar em conjunto com os missionários que ali se encontravam. Carolina, em 1936, já havia se configurado como importante núcleo de povoação no vale do Tocantins, enquanto Piabanha se constituía em um local estratégico

para o trabalho da JMN entre os “selvícolas”, pela proximidade entre a localidade e as aldeias dos Xerentes. Lembramos que o trabalho de educação entre os Xerentes já existia. No OJB, a Junta de Missões publicava vários apelos por escolas e trabalhos missionários entre os Xerentes, tidos pela linguagem etnocêntrica⁴ desses evangélicos como seres brutos, em busca de civilização, tal como revela a mensagem do jornal em 1936:

Como é já sobejamente conhecido da Junta, os cherentes vivem disseminados entre os civilizados, em mais ou menos oito aldeamentos, sendo que os maiores atingem a oito e dez casas. O grande desejo de se civilizarem, já está generalizado entre elles. De todas as aldeias chegam constantes pedidos de escola para seus filhos. O mais veemente apelo que ouvi em toda a minha vida de ministro do Evangelho, foi dirigido por um cherente aos Baptistas, por meu intermédio. O ardoroso interprete das necessidades de seu povo assim se expressou: “os nossos filhos sr. Zacharias, são criados como *bicho bruto* – sem instrução! O índio vive como sabugo atirado ao monturo! Entra em casa dum cidadão, não se o manda sentar. Agua em copo não se lhe dá. Estamos ficando bravos de novo. Vou fazer a ultima experiência com christão agora – pedindo ao seu povo. Ha já cinco anos ouvi este appello e folgo em já ter offerecido minha pessoa, como a parte que me toca na responsabilidade de salvação deste povo necessitado (OJB, 13/2/1936 ed. 7, p. 10).

Assim, os missionários justificavam ações civilizatórias e de conformação dos indígenas à cultura religiosa evangélica. É importante ressaltar que o povo Xerente já mantinha contato com missionários batistas no Norte de Goyaz há pelo menos 10 anos, o que ocorria desde a chegada do missionário Zacharias Campello em Carolina. Em 12 de outubro de 1926, esse missionário havia inaugurando na cidade o “Collegio Baptista Indiano”. Além da atuação batista entre os indígenas naquela região, pesquisas dão conta da presença de frades Dominicanos no Norte de Goyaz, onde chegaram no ano de 1886, se estabelecendo em Porto Nacional e desenvolvendo missões e desobrigas⁵ por toda região, inclusive com trabalhos de catequese entre as etnias indígenas (BRESSANIN, 2015; CAIXETA, 2013; SANTOS, 1996).

Outro ponto importante para a compreensão dos apelos evangelísticos e civilizatórios junto aos indígenas é o esforço para a publicação de suas mensagens no veículo de informação batista. O OJB atuaria como órgão oficial da denominação no Brasil durante boa parte do século XX e, através dele, os batistas deram vazão aos resultados e

⁴ Entendemos como etnocêntrica a prática de hierarquização das culturas, que consiste em classificar a validade dos costumes, crenças e práticas do “outro” através de parâmetros estabelecidos de forma violenta e exterior a elas. Neste contexto, a hierarquização do grau de “civilidade” dos indígenas da etnia “Xerente” encontrada nos discursos reproduzidos pelos missionários batistas se encaixam nesta definição. Para este conceito, ver: HALL, 1998.

⁵ As desobrigas se constituíam de pequenas viagens realizadas pelos frades dominicanos durante a primeira metade do século XX, no bispado de Goiás, com a duração de um dia e uma noite, atendendo localidades distantes, onde não haviam paróquias e com o objetivo de “possibilitar a regularização da vida sacramental dos fiéis” (CAIXETA, 2013).

necessidades dos trabalhos espalhados pelo país. Entre os artigos, cartas e editoriais publicados no semanário, a JMN buscava, por meio de discursos heroicos e inflamados, despertar as igrejas batistas brasileiras a contribuírem financeiramente na missão entre os indígenas, o que faziam tentando construir a imagem de um ser inculto que precisava ser integrado à nação, discurso em voga na Primeira República e no período getulista, que foi assumido por muitas igrejas evangélicas.

Importante para essa busca de evangelização e conformação cultural foi o plano lançado pela JMN, no final de 1937, e que compreenderia as ações do quinquênio 1938 – 42. Tal plano foi divulgado aos batistas brasileiros na seção da JMN no OJB em novembro de 1937, e demonstra o compromisso do órgão com o programa lançado dez anos antes e que ainda não havia se concretizado: “tornar os rios São Francisco e Tocantins a base de suas actividades, ligando estes rios com trabalho em Barreiras, Natividade e Porto Nacional” (OJB, 11/11/1937, ed. 45, p. 12).

O plano visava o envio de mais missionários no decorrer dos anos que viriam e, entre esses novos missionários, deveriam estar inseridos um casal responsável pela obra em Porto Nacional, bem como o envio de mais professoras para atuar em Carolina, Itacajá, Natividade e Pedro Afonso. Noticiavam ainda a vinda de enfermeiras que atuariam sob os cuidados da JMN no vale do Tocantins. Desta forma, conseguindo a JMN o envio de todos esses missionários, estaria finalizado o plano de evangelização para o quinquênio. Também no início de 1938 a JMN conquistou mais espaços no jornal para a propaganda das missões, ampliando assim as notícias sobre os trabalhos dos campos de forma mais eficiente. Desta forma, O Jornal Batista passaria a publicar a seção da JMN três vezes por mês.

As Jovens Missionárias do Sertão: as Teias de Sociabilidades na Atuação de Beatriz Rodrigues da Silva e Lygia de Castro Martins

Beatriz Rodrigues da Silva e Lygia de Castro Martins nasceram, respectivamente, no dia 15 de novembro de 1909 e 14 de março de 1915, ambas na cidade do Rio de Janeiro. Membras da 1.^a Igreja Batista, em Ricardo de Albuquerque, estudaram no Colégio Batista do Rio de Janeiro, onde se formaram professoras e missionárias⁶. Nomeadas no final de 1935, as jovens se encaminharam para o campo missionário, nas localidades de Piabanha e

⁶ Para mais informações sobre a vida de Beatriz Rodrigues da Silva, consultar a biografia escrita por Margarida Lemos Gonçalves: *A missionária que veio para ficar*: biografia de Beatriz Silva. Rio de Janeiro: 2011.

Carolina, ambas situadas às margens do Rio Tocantins, com o objetivo de auxiliar os trabalhos ali existentes e na abertura de dois colégios da denominação.

A partir de abril de 1936 já se tem notícias das missionárias e dos Colégios organizados por elas na região tocantina. É possível notar, segundo os discursos publicados no OJB, que os missionários batistas gozavam de certo status entre os moradores da região. Na chegada das missionárias em Carolina, narraram assim a forma com que foram recebidas por algumas autoridades dos Estados de Goyaz e Maranhão:

Tambem nos vieram trazer boas vindas: Sr. Domingos Negri, prefeito municipal de Porto Nacional; Tte Nelson Guimarães, delegado; Dr. Gustavo Serrão, inspector escolar de Goyaz; prof. Adolpho Medeiros, diretor do Collegio Carolinense; Dr. Othon Maranhão, prefeito de Carolina; varios representantes do commercio da cidade e dos acadêmicos. Com tantas demonstrações de polidez do povo do Norte, cremos que o Senhor está abrindo as portas para uma “nova era” na região Tocantinia (OJB, 30/4/1936, ed. 18, p. 8).

As missionárias fizeram questão de ligar suas ações aos poderes locais, dando enfoque às autoridades que as receberam, o que aponta para as ações de formação do *campo religioso*, pois esse se faz com ações religiosas, mas também com aproximações políticas (BOURDIEU, 2007). Podemos acompanhar essa tentativa de aproximação em outras narrativas das próprias missionárias, publicadas por meio de cartas e relatórios oficiais no OJB, sobretudo nas seções da JMN e da União Geral de Senhoras do Brasil (UGSB).

O foco principal dos trabalhos de Beatriz Silva e Lygia de Castro se constituía na organização de colégios, uma vez que nas duas localidades já se encontravam instituídos trabalhos missionários de cunho estritamente religioso. Beatriz Silva, chegando a Piabanha no dia 28 de fevereiro, inauguraria um colégio no mesmo dia, com o auxílio do casal Campello. Já de Carolina, a primeira notícia encontrada vem de uma carta de Normando Lang, pastor batista da cidade, publicada em 9 de abril, na qual informa sobre a receptividade encontrada:

Antes de partir de Carolina fiz grande propaganda para a Escola, que esperamos será aberta em princípios de março. O povo em geral está ansioso de ver aberta esta escola, e esperamos que muitos paes nos entregarão seus filhos, afim de que recebam uma educação evangélica. Falando um dia ao Prefeito de Carolina, elle ofereceu-nos o empréstimo de vinte carteiras duplas para a escola e com certas modificações no mesmo edificio da Igreja, fizemos um bom salão para a Escola. Alguns paes estão pedindo logar para os filhos (OJB, 9/4/1936 ed. 15, p. 11 – 12).

Identificar a contribuição de políticos e autoridades locais fazia parte da estratégia de colocar suas ações como necessárias à região. Na mesma carta, o pastor Lang informa aos batistas a mudança do nome de Piabanha para Tocantínia, destinando assim toda a correspondência a Beatriz e ao casal Campello ao novo endereço.

É interessante indicarmos aqui o contexto da educação regional naquele período. A região do vale do Rio Tocantins contava com um número reduzido de escolas, entre elas, o Colégio Sagrado Coração de Jesus⁷, aberto e mantido pela Ordem Dominicana em Porto Nacional, então sob os cuidados das irmãs dominicanas, sendo a principal instituição escolar (BRESSANIN, 2015). Em Carolina, o Colégio Carolinense, mantido pelo poder público, encontrava-se com suas atividades suspensas por falta de professores, situação essa que iria influenciar a grande adesão da população da cidade ao Colégio Batista logo no primeiro ano de sua atuação (OJB, 19/11/1936, ed. 47, p. 5). Em Tocantínia não haviam muitas escolas públicas em funcionamento. Assim sendo, as missionárias sinalizavam que a instalação de um colégio naquela localidade seria de extrema importância, principalmente para a aproximação das missões batistas junto aos indígenas da etnia Xerente, além de, estrategicamente, encurtar a distância entre a missão em Carolina e um possível trabalho em Porto Nacional, objetivo da JMN desde 1926.

As atividades educacionais e religiosas não se davam, todavia, de forma tranquila, dadas as animosidades entre grupos religiosos distintos. São recorrentes os relatos de conflitos entre católicos e batistas na região (SILVA, 2016). Esses conflitos ocorriam em razão da disputa dos dois grupos pela hegemonia da gestão dos bens de salvação⁸ no *campo religioso* do vale do Tocantins. Nesse contexto, escolas confessionais católicas e protestantes brasileiras atuaram numa complexa disputa no interior do *campo religioso* cristão da região. O *campo religioso*, de acordo com Bourdieu (1989, 2007), é sempre marcado por tensões, tendo em vista a delimitação dos grupos que buscam atuar a partir de identidades específicas. E o sertão tocantino não seria exceção.

Nesse sentido, o envio das professoras pela JMN se configurava numa ação extremamente estratégica. Preenchendo uma lacuna que o poder público e mesmo os frades dominicanos não preenchiam, as ações das missionárias seriam justificadas entre a população como necessárias – o que efetivaria o programa de evangelização da JMN. As notícias sobre as primeiras matrículas dos Colégios que foram publicadas no OJB apontam como, a partir da ação educacional, as missionárias buscavam interferir na realidade local:

⁷ A fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em 1904, pelas freiras dominicanas de Toulouse, na França, se insere no contexto histórico do Concílio de Trento e de reforma do clero goiano, empreendido desde 1881 com o estabelecimento da Ordem Dominicana no Brasil, a pedido do Bispo de Goyaz D. Cláudio Ponce de Léon. Para mais informações acerca do funcionamento da província dominicana no Brasil, consultar a dissertação de mestrado defendida na PUC – GO em 2015, *Entre Missões, Desobrigas, Construções e Projetos Educativos: A Ordem dos Pregadores Nos Sertões do Antigo Norte de Goiás*, de autoria de César Evangelista Fernandes Bressanin.

⁸ Quando pensamos em bens de salvação temos em mente a concepção de Bourdieu (1974) sobre os termos.

2. *Beatriz Rodrigues da Silva*. Muito temos recebido das mãos do Pae e estamos certas de que todos os irmãos estão cooperando connosco em oração. Proseguem animados os trabalhos, graças a Deus; o collegio conta com 29 matriculados, e, desses, 20 frequentam regularmente a Escola Dominical. Estou bem animada com o trabalho das senhoras; já fizemos o estudo do Manual da União Geral, conseguindo que seis se apresentassem para o exame; destas, quatro passaram com o gráu superior a 95.

3. *Lygia Martins de Castro*. [...] Fechei hoje (15 de junho) a escola, para os 15 dias de férias, com 43 matriculados e muita animação. Quasi todos estão assistindo a E. Dom; os poucos que não assistem, não são por falta de vontade, mas porque não conseguem licença em casa. Há muitas crianças que têm vindo falar commigo, para dizerem que gostariam muito de vir a Escola Baptista, mas os paes, avós e etc., não deixam. São muito catholicos e têm medo que as crianças, por causa da escola diária, tomem gosto pela Igreja. E é realmente o que acontece; a metade da Igreja está ocupada por crianças (OJB, 10/9/1936, ed. 37, p. 9).

Ainda em 1936, Beatriz Silva e Lygia de Castro participariam ativamente da organização da Convenção Batista Tocantina (CBTO), que teria sua primeira assembleia realizada na cidade de Tocantínia. As resoluções adotadas nessa assembleia delimitam os nomes e os lugares de atuação dos colégios:

I – Que os nossos collegios recebam os seguintes nomes: o de Porto Franco – Collegio Minnie Landrum –; de Carolina – Collegio Rosalee Appleby –; de Tocantínia – Collegio Noemi Campello – (este por motivos apresentados pelo irmão Campello foi rejeitado); de Indianópolis (aldeia) – Collegio Francisco Sorén (OJB, 1º/10/1936, ed. 40, p. 12).

O Colégio Rosalee Appleby registrou, no início de 1937, a quantidade de 85 matrículas (OJB, 20/5/1937, p. 6 – 7), enquanto no Colégio Batista de Tocantínia o número de matrículas chegou a 65. Em ambos os casos, o dobro registrado para o ano anterior. Em março de 1938, Beatriz Silva descreve o Colégio de Tocantínia com grande entusiasmo, noticiando que a festa de encerramento das atividades do colégio contou com a presença de pais e alunos e do “Inspector Escolar da Circunscrição Norte de Goyaz, Gustavo Serrão Porto Gonçalves” (OJB, 30/9/1937, ed. 39, p. 13). Dentre os alunos, 34 prestaram exames, sendo 33 aprovados, além de 2 alunos terem concluído o primário.

Acontecimento importante para os batistas foi registrar a presença de Gustavo Serrão Porto Gonçalves, inspetor escolar do Estado de Goiás, que fez duas visitas ao Colégio Batista de Tocantínia, a primeira em julho e a segunda em outubro de 1937. Ao final de sua primeira visita, o inspetor redigiu um documento denominado “Termo de Visita”, publicado pela JMN no OJB em setembro daquele ano, como forma de demonstrar, através de um “um testemunho insuspeito”, o “valor da obra educacional que os Baptistas Brasileiros, através da sua serva – A Junta de Missões Nacionaes – estão realizando no longínquo Sertão do Brasil” (OJB, 30/9/1937, ed. 39, p. 13). Eis a palavra do representante do poder público:

Cabe-me o dever de deixar, nesta pagina, a impressão que colhi da visita que acabo de fazer ao Collegio Baptista, casa de ensino particular, sob os cuidados da professora Beatriz Silva.

Instituto de ensino primário modelar, este Collegio póde servir de padrão aos congêneres existentes em minha circunscrição.

Assistindo a uma aula ministrada ás creanças, tive o ensejo de verificar que os pequeninos ouvintes acompanhavam com atenção a prelecção explanada com tanta clareza e simplicidade admiráveis.

O Collegio Baptista tendo sempre a sua frente uma professora do estofo moral e intelectual a senhorita Beatriz Silva, muitos e relevantes serviços prestará á causa do ensino no nosso Estado. É, pois com grande satisfação que faço o registo da visita de hoje.

Recommendo á professora expedir duas cópias deste termo de visita, enviando-as ao Departamento de Estatística e á Directoria Geral do Interior, ambos em Goyaz.

Tocantínia, 29 de julho de 1936. Gustavo Serrão Porto Gonçalves, Inspector-Agente da Circunscrição Escolar do Norte de Goyaz (OJB, 30/9/1937, ed. 39, p. 13).

O registro aponta para aquilo considerado relevante para as missionárias em sua atuação na região: a aceitabilidade dos colégios como instituições modelares e com estofo moral. Era dessa forma que acreditavam influir na cultura regional. De Carolina, a missionaria Lygia de Castro receberia o reconhecimento por sua atuação à frente do Colégio Rosalee Appleby, ocupando a cadeira Ruy Barbosa, na Academia de Letras de Carolina, conforme notícia publicada no OJB de 6 de abril de 1939 (OJB, 6/4/1939, ed. 14, p. 9).

Os esforços das missionárias na região tocantina foram, aos poucos, sendo reconhecidos pelas autoridades escolares do norte goiano, algo visto com positividade na disputa com os católicos pelo *campo religioso*. Na criação de escolas, as mestras sinalizavam aos poderes regionais e aos membros da igreja que havia espaço para outros projetos educacionais na região, para além das escolas públicas e confessionais católicas. Nesses projetos, crianças, jovens e indígenas estariam no horizonte de conversão religiosa, o que fazia das ações batistas uma forma de interferência na realidade social dos sertões. A JMN utilizava-se de todos os documentos produzidos pelos representantes do Estado para legitimar as ações que estavam sendo desenvolvidas pelas missionárias. Para a JMN, os batistas deveriam ser incentivados a colaborarem com as professoras e missionárias.

As atividades dos colégios de Carolina e Tocantínia, aos poucos, se estruturavam. Lygia de Castro relata em carta a melhora ocorrida no colégio: “Estamos agora com um pouco mais de conforto no equipamento do Collegio, graças á generosa offerta que dahi nos veio. Temos já o armário para livros, e porta-potes dagua para os meninos, mesa com chave e um pateozinho para recreio” (OJB, 28/6/1938 ed. 34, p. 5).

Em 1939, os trabalhos nos colégios de Carolina e Tocantínia seguiram em ritmo mais acelerado do que nos anos anteriores, atendendo quantos alunos fosse possível. O número de matrículas no Colégio Batista de Tocantínia, segundo relato de Beatriz Silva,

efetivou-se em 100, não sendo maior “por falta de energia pessoal e incapacidade do salão de aulas”, além de contar com “mais de dez adultos que estudam no colégio, sendo que algumas senhoras da Igreja também se preparam para melhor servirem”. Em Carolina, no mesmo ano, o número de matrículas efetivadas no Colégio Rosalee Appleby encerrou-se em 85 (OJB, 6/7/1939, ed. 27, p. 8).

Nas décadas de 1930 e 1940, Carolina, apesar de estar localizada no outro lado do Rio Tocantins, no Estado do Maranhão, configurava-se no principal ponto de evangelização voltado para o Tocantins. No entanto, em 1939, o trabalho em Carolina sofrera uma grande perda, com o desligamento do Pastor Normando Lang do quadro de obreiros da JMN:

O Pastor Normando R. Lang, depois de haver prestado valiosos serviços á causa, na cidade de Carolina, foi, a seu próprio pedido, exonerado das funções de Obreiro da Junta de Missões Nacionais. O casal Lang deixa uma lacuna difícil de preencher (OJB, 22/6/1939, ed. 25, p. 12).

A ausência do pastor seria muito sentida entre os batistas de Carolina. Os pedidos pela vinda de outro clérigo foram recorrentes na correspondência enviada à JMN pelos missionários do vale do Rio Tocantins. Os trabalhos naquela cidade seguiram sem um pastor durante muitos anos, sendo suprida essa lacuna apenas em 1944, com a nomeação do Pastor Helcias Câmara.

No início de 1940, o OJB publicou o Relatório Anual da Junta de Missões, no qual foi informado aos batistas brasileiros a quantidade de alunos matriculados no ano anterior “[...] escolas diárias, 6; alunos matriculados nas mesmas, 327” (OJB, 18/1/1940, ed. 3, p. 7), demonstrando que os resultados das ações educacionais e evangélicas de Beatriz Silva e Lygia de Castro foram positivos. As missionárias foram fundamentais para a consolidação da denominação batista no Vale do Rio Tocantins. E atuavam não apenas nos locais dos colégios, mas em toda a extensão do trabalho batista, sendo, em alguns casos, as primeiras a transpor os limites de algumas localidades ocupadas pelo clero católico. Durante o ano de 1940, as matrículas nos colégios de Carolina e Tocantínia se mantiveram em alta, registrando, respectivamente, 85 e 100 alunos cada um. A importância destes colégios para o trabalho da JMN foi uma vez destacada no OJB:

IV. A matrícula atual de nossas escolas diárias no longínquo interior é a seguinte: Barreiras, 51; Carolina, 85; Indianópolis, 12; Itacajá, 34; Porto Franco, 61; Tocantínia, 100. São mais de trezentas crianças cuja formação intelectual se está processando sob a influência benéfica do Evangelho de Cristo (OJB, 4/7/1940, ed. 27, p. 7 – 10).

Ao final de cinco anos de trabalhos ininterruptos na região, as missionárias Beatriz Silva e Lygia de Castro encaminharam-se ao Rio de Janeiro, para um período de seis meses

de férias e para participarem da Assembleia Anual da Convenção Batista Brasileira, realizada na segunda quinzena de janeiro de 1941 (5/12/1940, ed. 49, p. 5).

Este período estendeu-se e o trabalho nos colégios de Carolina e Tocantínia ficara fora das publicações do OJB durante todo o ano de 1941. Ressaltamos que, nesse ínterim, houveram notícias da nomeação de uma professora para a substituição de Beatriz Silva no colégio de Tocantínia (25/7/1940 ed. 30, p. 9). No entanto, essa professora, a Srta. Perside da Rocha Freitas, não chegara a embarcar para o vale do Tocantins, ficando o trabalho em Tocantínia, durante o ano de 1941, sem uma professora que substituísse a missionária. Embarcara para Tocantínia no final de 1941, juntamente com Beatriz Silva, chegando ao campo em 1942, a professora Nair Almeida, com a incumbência de auxiliar nos trabalhos do Colégio Batista de Tocantínia (13/11/1941 ed. 46, p. 5).

Em Carolina, a ausência da missionária Lygia de Castro se estendera por muito mais tempo. Durante sua estadia no Rio de Janeiro, a missionária foi submetida a um importante procedimento médico, uma cirurgia de sinusite, que a levou a adiar por mais tempo o retorno a Carolina. Após a recuperação, a partida da professora foi adiada uma vez mais, agora em razão dos preparativos de seu casamento com o Pastor Helcias Câmara. Ao contrário de Tocantínia, o Colégio Rosalee Appleby já contava com o auxílio de outra professora, Valdete de Oliveira Santos, residente naquela cidade desde o ano de 1940. Lygia de Castro retornou ao Vale do Rio Tocantins somente em 1944 onde, junto com seu marido, assumiriam a frente do trabalho batista no local, inaugurando o Instituto Batista de Carolina, que funcionara formando professores e evangelistas batistas até 1957.

Associação entre Atividades Escolares e Evangelização na Busca de Adesão à Cultura e Moralidade Protestante no Vale do Rio Tocantins

A JMN mantinha na região quatro colégios, tidos como essenciais no apoio aos trabalhos evangelísticos, o que evidencia a importância da educação escolarizada para a disseminação do protestantismo na região. Essa importância era indicada na associação que Beatriz Silva e Lygia de Castro faziam entre as práticas escolares leigas e a catequese na Escola Dominical (ED), bem como entre outras atividades da Igreja. É recorrente em suas cartas e relatórios a satisfação demonstrada com a frequência dos estudantes na ED, e, principalmente, pelas “decisões em favor de Cristo” (19/8/1937 ed. 33, p. 11).

Podemos perceber, por meio de seus relatórios, a preocupação das missionárias com os trabalhos internos da denominação. Estas, ao mesmo tempo em que se debruçavam sobre

o trabalho nos Colégios, seriam ainda as responsáveis pela organização de algumas estruturas da igreja, como as sociedades de crianças, de moças e senhoras, em Carolina e Tocantínia. Essa dupla função das missionárias teria um papel crucial para o trabalho de evangelização batista na região, pois seria por meio do contato com outros grupos societários (senhoras, moças e, mesmo, as crianças) que o trabalho realizado nos colégios seria legitimado na igreja e reconhecido pelas autoridades locais. Dessa legitimação dependia a ampliação do espaço batista no *campo religioso* regional.

Os colégios batistas atuavam no Vale do Rio Tocantins como instrumentos de legitimação da adesão cultural, moral e religiosa das populações locais ao evangelismo batista. A adesão a uma conduta cristã protestante era defendida como fator determinante para o progresso da região, que, por seu lado, seria aquele contido no processo de integração nacional proposto por Getúlio Vargas (FAUSTO, 1995; SCHWARCZ; STARLING, 2015). Esse sentido de progresso foi exposto pelo missionário L. M. Bratcher em trecho de artigo publicado na edição do OJB, com o título “O Evangelho no Tocantins”:

[...] Nas cidades tocantinas de Carolina, Porto Franco, Tocantínia, Pedro Affonso, os Baptistas Brasileiros já ergueram os seus pharóes de irradiação do Evangelho. Estes pharóes, com o dynamismo da Palavra do Mestre, vão destruindo as trevas espirituaes, moraes e intellectuaes. Diante do Evangelho vão desaparecendo o analphabetismo, o uso das bebidas toxicas, a superstição e tantos outros males communs ao sertão e incompatíveis com as leis do Evangelho. Os baptistas, patenteando a posse de uma grande cisão, estão projectando os seus esforços para o coração do Brasil, ou digamos, para o Brasil do futuro (OJB, 1º/10/1936, ed. 40, p. 12).

Outra importante ferramenta de evangelização e propagação da conduta cristã protestante entre as populações tradicionais do vale tocantino, utilizada pelas missionárias, foram as Escolas Populares Batistas (EPBs). Através dessas atividades, Beatriz Silva e Lygia de Castro ocuparam espaços importantes para a expansão e manutenção das atividades batista na região, adentrando em redutos católicos, como Porto Nacional e Boa Vista do Tocantins, até então cidades resistentes à presença de protestantes.

As EPBs eram cursos rápidos ministrados em várias localidades do norte de Goiás, onde eram ensinados trechos bíblicos, hinos e doutrinas batistas, uma busca constante de conformar os habitantes da região ao modelo de civilização em curso. O objetivo dessas ações era alcançar as populações próximas aos colégios para que, através da evangelização de crianças, mulheres e indígenas (principalmente), pudessem haver algumas conversões às igrejas e a seus princípios. As EPB's seriam atividades recorrentes das missionárias durante todo o período analisado, inclusive sendo ações importantes para o estabelecimento de uma rede de trabalhos que abrangeria grande parte da região norte do Estado de Goiás. Por meio das EPB's a JMN veria seus trabalhos abrangerem uma área maior do que aquela

alcançada pelos colégios. Em carta enviada pelo missionário Zacharias Campello, encontramos a notícia de que “uma moça recém-convertida” foi designada para abrir uma Escola Popular Batista (OJB, 4/2/1937, ed. 5, p. 10).

Dessa forma, os muitos campos missionários mantidos pela JMN no Vale do Rio Tocantins vão se organizando em uma rede, muito em razão da troca de apoio entre os agentes religiosos e as missionárias. Em 1936 foi criada a Convenção Batista do Tocantins (CBTO) que iria cooperar para o fortalecimento dos trabalhos do campo tocantino de forma coletiva, e não mais de forma individual. Na organização da CBTO atuaram as missionárias Beatriz Silva e Lygia de Castro. Posteriormente, as duas atuaram na organização da União de Senhoras Batistas do Tocantins (USBTO). A própria Beatriz Silva comunicou essa organização de mulheres batistas:

Tenho o prazer de lhe comunicar a organização da União de Senhoras Baptistas do Tocantins. Contando nós aqui já com três boas Sociedades: Porto Franco, Carolina e Tocantínia; esperando organizar neste anno mais uma em Pedro Affonso e outra em Itacajá, achamos por bem unir as nossas forças, para maior intensificação do trabalho em Christo; tanto mais que nos achamos mui longe de qualquer centro de trabalho estadual. [...] A directoria da nossa União ficou assim constituída: Pres. Beatriz Silva; Vice, Anahydes Lang; Sec. Arch., Raymunda Baptista; Sec. Cor., Lygia de Castro; Thes. Clothilde G. Silva (OJB, 23/9/1937, ed. 38, p. 10).

Estas organizações contribuíram de maneira significativa no trabalho dos batistas no Vale do Rio Tocantins, aumentando o alcance dos campos missionários através, principalmente, da realização de EPB's em várias cidades da região e aldeias indígenas.

Assim, podemos afirmar que as jovens missionárias tiveram papel decisivo nos esforços da JMN em expandir suas atividades religiosas na região. O grande empecilho para a consolidação do plano da JMN seria a cidade de Porto Nacional, ponto estratégico da navegação do Rio Tocantins (FLORES, 2009), naquela época, o principal reduto dos padres dominicanos. Seria exatamente Beatriz Silva quem iria atuar para efetivar os trabalhos de aproximação dos batistas com a população da cidade de Porto Nacional, através da realização de uma EPB em 1939, que contou com 54 crianças matriculadas, além da realização de alguns cultos (OJB, 27/7/1939, ed. 30, p. 6).

Ao Norte, em Carolina, também seria Lygia de Castro, com o auxílio da missionária Marcolina Magalhães, de Porto Franco, a empreender trabalhos em Boa Vista do Tocantins, outra localidade marcada pela forte presença católica na região. Lygia de Castro ganha destaque no OJB ao relatar a organização de EPBs em Boa Vista do Tocantins e Nova Aurora do Coco, além de visitas às aldeias indígenas durante seus períodos de férias (OJB, 25/8/1938, ed. 34, p. 5). Beatriz Silva, por outro lado, tinha seu trabalho dividido por todo o ano entre Tocantínia e Bella Vista do Tocantins. Como responsável pelos trabalhos

no colégio e na manutenção de cultos e da escola dominical, solicitou à Junta uma organização dos pontos de pregação em Bella Vista, a fim de poder organizar a sua atuação.

Em 1938, Beatriz Silva noticiou a organização da Sociedade de Crianças de Tocantínia. Segundo a missionária, “quasi todos os membros da Sociedade são alumnos do Collegio Baptista e todos os membros da directoria o são também” (OJB, 8/9/1938, ed. 36, p. 7 – 8). A missionária seria responsável ainda por ministrar algumas EPBs em localidades como Bela Vista do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional, onde contou com uma matrícula de 54 crianças e “apareciam, diariamente mais de 60” (OJB, 27/7/1939, ed. 30, p. 6).

No final do ano de 1939, a JMN enviou equipamentos que viriam a facilitar o trabalho de evangelização pelo rio Tocantins, muito em decorrência do aumento exponencial da área de atuação de Beatriz Silva:

III. Beatriz Rodrigues da Silva – Tocantínia, Goiaz. Graças a liberalidade de amigos da Obra de Missões Nacionais, a ir. Beatriz Rodrigues da Silva, de Tocantínia, acaba de receber um harmônio, um motor de popa e uma canôa para o seu trabalho evangelístico. É inestimável o valor de tal equipamento, para o trabalho na zona tocantínia (OJB, 28/9/1939, ed. 39, p. 10).

Os equipamentos enviados à missionária contribuíram para o desenvolvimento de seu trabalho de evangelização, uma vez que uma das grandes dificuldades dos agentes batistas na região estava exatamente nas grandes distâncias a vencer entre uma localidade e outra. O recebimento de uma canoa e motor de popa viria favorecer a sistematização do trabalho, como a realização de assembleias e convenções, e no fortalecimento das Sociedades organizadas pelos missionários no norte goiano.

Além de evangelizarem as populações locais através dos colégios e das EPBs, organizando e dirigindo sociedades internas em suas cidades, Beatriz Silva e Lygia de Castro exerciam outras funções, como demonstra o seguinte trecho:

IV. Além do trabalho de ensino no Colegio Batista de Carolina, a Missionaria Ligia Martins de Castro desenvolveu, durante junho passado, a seguinte atividade: sermões pregados, 4; visitas evangelísticas, 3; visitas clinicas e tratamentos, 31; folhetos distribuídos, 150; reuniões de oração dirigidas pela missionaria, 4 (OJB, 1º/8/1940, ed. 31, p. 11).

A consolidação dos trabalhos da JMN no Vale do Rio Tocantins dependeu não apenas das missionárias estudadas neste trabalho, mas de tantas outras, como Beatriz Collares e Lydia Nogueira (Itacajá), Marcolina Magalhães (Porto Franco), Noemi e Orphisa Campello (Tocantínia), Sara Cavalcanti (Pedro Afonso), e Valdete de Oliveira Santos (Carolina).

Considerações Finais

Apontamos no artigo as atuações das missionárias batistas no Vale do Tocantins como educadoras e agentes religiosas a serviço da JMN. Nessa atuação buscaram a adesão e conformação cultural dos habitantes da região às condutas valorizadas pelos evangélicos. Identificamos as ações desencadeadas pelas missionárias e missionários para formar escolas e igrejas, ações essas que remontam à formação do *campo religioso* na perspectiva que adotamos de Pierre Bourdieu. O *campo religioso*, nos informa o sociólogo, é composto de tensões – ora dentro do próprio grupo, ora com outros grupos que disputam o mesmo espaço com visões de mundo opostas. O *campo religioso* demanda ainda a obtenção de legitimidade política, ou seja, a legitimidade oriunda do poder. Ainda que as missionárias tenham se deparado com poucas tensões, seja no interior da Igreja Batista, seja com outras denominações religiosas, elas buscaram e publicaram os apoios recebidos das autoridades locais aos seus projetos educacionais e evangelísticos.

O *campo religioso* pressupõe ainda a busca constante de reafirmação do grupo religioso em atuação. Essa necessidade obriga grupos religiosos a buscarem adesões, sendo que essas não almejam somente o aumento no quantitativo de membros, mas espriair, por meio dos membros conquistados, as condutas e valores morais com os quais se identificam e querem ser reconhecidos. O *campo religioso* implica, assim, em constituir uma identidade. As ações educacionais das missionárias batistas buscaram na adesão aos seus colégios e nas atividades especificamente religiosas a adesão das populações do Vale do Rio Tocantins às concepções de civilidade próprias da compreensão religiosa evangélica. Essa adesão significava conformar as culturas sertanejas e indígenas ao processo civilizatório em voga nas décadas de 1930 e 1940, principalmente no período varguista.

Assim, o desejo de imprimir às populações tradicionais um modelo de sociedade conservadora, que silencia culturas que lhes são estranhas, não é algo recente no mundo evangélico brasileiro. Esse desejo de aculturação é próprio das grandes religiões, mas ele se revela, com mais intensidade em grupos específicos – e com mais propriedade, em momentos de grandes transformações econômicas e políticas. No campo evangélico brasileiro isso ficou muito claro quando passaram a atuar de forma mais consistente na vida política nacional, a partir de 1930. As posturas conservadoras de grupos evangélicos brasileiros, nas décadas iniciais do século XXI, possuem raízes mais profundas do que se imagina. As ações das missionárias Beatriz Rodrigues da Silva e Lygia de Castro Martins, bem como as da Junta de Missões Nacionais, nos indicam que os evangélicos, ao atuarem

na sociedade, o fazem a partir da moralidade específica de sua denominação religiosa, o que os levam a pautar a convivência com outros grupos sociais na perspectiva da conversão e da conformação.

"DESTROYING THE SPIRITUAL, MORAL AND INTELLECTUAL DARKNESSES": RELIGIOUS HISTORICITIES AND BAPTIST EDUCATION IN THE TOCANTINS RIVER VALLEY (1936-1940)

ABSTRACT: The objective of this work is to study the Baptist missions inaugurated in the interior of Central Brazil, beginning in 1926, through the religious, educational and social action of the teachers Beatriz Rodrigues da Silva and Lygia de Castro Martins, under the guidance of the Board of National Missions, of the Brazilian Baptist Confederation. We are interested in the work of the missionaries as social agents promoting a cultural conformation of the indigenous and sertanejas populations of the Tocantins valley, contributing to the implementation of the Baptist evangelization program, in harmony with the projects of national integration in fashion in the period. To approach the missionary actions of the two teachers, we will use theoretical references from the Cultural History of Religions, in an interface with concepts from Anthropology and Sociology, with the objective of perceiving the missionary practices as belonging to the formation of the religious field, a term anchored in Pierre's perspective Bourdieu.

Keywords: Cultural History of Religions; Missionaries; Education Baptist.

Referências

ALMEIDA, Vasni de; LÔBO, Maíza Pereira. As Organizações Femininas e o Trabalho Educacional e Missionário no Antigo Norte Goiano. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 12, n.º 2, p. 259 – 278, jul./dez. 2014.

BELLOTTI, K. K. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.º 55, p. 13 – 42, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. Gênese e estrutura do Campo Religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 27 – 78.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. *Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás/ César Evangelista Fernandes Bressanin*. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História Cultura e Poder – Goiânia, 2015.

CAIXETA, Vera Lúcia. As “Santas” Missões Dominicanas em Goiás no Final do Século XIX. *Revista Escritas*, Vol. 5 n. 1 (2013) ISSN 2238 – 7188, p. 127 – 144.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (Texto originalmente publicado em 1912).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil/ Boris Fausto – 2.^a ed.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995. (Didática, 1).

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil.* 1. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural.* Campinas – SP: Unicamp, 1998. (Coleção Textos Didáticos – IFCH/UNICAMP, n.º 18).

MASSENZIO, Marcelo. *A História das Religiões na Cultura Moderna.* São Paulo: HEDRA, 2005.

O JORNAL BATISTA. Convenção Batista Brasileira. Rio de Janeiro, 1936 a 1942. Disponível em: <<http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/buscas/jornalBatista.php>>

SANTOS, Edivaldo Antônio dos. *Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Eliane Moura da. *Entre religião, cultura e história: a escola italiana das religiões.* *Revista de C. Humanas*, Viçosa, v. 11, n.º 2, p. 225 – 234, jul./dez. 2011.

SILVA, Paulo Julião da. *Entre a Evangelização e a Política: A Expansão Missionária Batista para o Brasil Central (1925 – 1939).* Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, SP: [s.n.], 2016.

SOBRE OS AUTORES

Vasni de Almeida é doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Wedster Felipe Martins Sabino é graduando em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Recebido em 21/02/2019

Aceito em 30/04/2019